

# Crianças e adolescentes trabalhadores: uma revisão na literatura

**Resumo:** O trabalho infantil e adolescente é hoje considerado um grave problema social e de saúde pública em diversos países, inclusive no Brasil. A complexidade do problema exige que nós, pesquisadores, exercitemos um olhar sensível e, ao mesmo tempo, rigoroso que compreenda a situação de jovens que trabalham. Este estudo é uma breve análise, prioritariamente qualitativa, da literatura produzida sobre esse tema em nosso país nos últimos quinze anos. Através de portais como o Scielo e a Biblioteca Virtual de Psicologia, foram encontrados 34 artigos referentes à temática em questão. A análise dos trabalhos foi dividida em cinco blocos: a diversidade disciplinar teórica do trabalho infantil; gênero; trabalho, infância e pobreza; o ponto-de-vista da Psicologia e infância(s) e trabalho(s). Para concluir, nossa análise aponta para alguns direcionamentos de pesquisa, quais sejam: a necessidade de um olhar multidisciplinar sobre o tema; a necessidade de delimitação teórica mais precisa dos conceitos básicos que envolvem os trabalhos (noções básicas de infância e de trabalho), bem como para uma atenção especial aos atores sociais diretamente envolvidos no problema, ou seja: as crianças e jovens trabalhadores e suas respectivas famílias.

**Palavras-chave:** Trabalho infantil. Adolescente. Revisão de literatura.

**Lia da Rocha Lordelo**

Universidade Federal da Bahia  
lialordelo@gmail.com

**Antonio Marcos Chaves**

Universidade Federal da Bahia  
amchaves@ufba.br

## Introdução

A utilização de crianças como mão de obra produtiva possui profundas raízes históricas; isso parece se ligar, em certo sentido, à fundação do próprio conceito moderno de infância. Num clássico e já bastante debatido (HEYWOOD, 2004) estudo histórico sobre representações iconográficas da infância na França medieval, Ariès (1981) afirma que o “sentimento de infância” é um fenômeno tipicamente moderno, e se de fato não havia a preocupação em preservar os primeiros anos de vida das pessoas e considerá-los especiais para o desenvolvimento humano, não haveria também porque impedir os pequenos de se dedicarem ao trabalho. O argumento de Ariès, extremamente conhecido e ao mesmo tempo criticado, descortinou o tema da história da infância, em especial para a Psicologia.

Trazendo o problema do trabalho infantil para o Brasil, Carvalho (2008) nos lembra de que nosso país tem uma história de exploração da mão de obra infantil que nos remete aos tempos coloniais, época cuja principal relação social de produção era a escravidão. Com a abolição da escravatura, em 1888, e a proclamação da República, em 1889, foi idealizado pelas elites políticas de nosso país um novo

projeto de construção da identidade nacional, calcado no modelo de civilização e desenvolvimento das grandes nações europeias. (DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 1999) Entretanto, um dos graves problemas aí surgidos foi que toda a população libertada do regime escravista encontrou-se inicialmente totalmente desamparada pelo poder público, formando um grande contingente de miseráveis, sem trabalho nem condições de desenvolvimento e mesmo de sobrevivência. Dentro deste projeto de nação republicana, as discussões específicas sobre a infância diziam respeito principalmente a encontrar alternativas para a educação e profissionalização das crianças pobres, tornando-as cidadãos produtivos e úteis à nação. (DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 1999)

Há estudos no Brasil sobre a situação da infância e juventude desamparadas e relatando, por exemplo, o papel das Santas Casas de Misericórdia, fundadas ainda nos tempos da Colônia. Nestas instituições, as crianças abandonadas eram criadas, recebiam alguma instrução formal e geralmente, no início da adolescência ou mesmo antes, a partir dos sete anos, eram encaminhadas para mestres artesãos ou negociantes para que pudessem aprender um ofício, pelo qual, em sua condição de aprendizes, nada ganhavam. (CHAVES, 1998; MARCÍLIO, 1997, 1998; RIZZINI, 1999) Desde então, chegando até o século XX, temos desde crianças escravas, até crianças trabalhadoras nas indústrias, submetidas a longos regimes de trabalho e fora do alcance de qualquer espécie de legislação que lhes protegesse e garantisse direitos trabalhistas básicos. Só a partir do fim dos anos 50 do século XX é que a preocupação com a visibilização dos direitos da infância emerge com mais força. Como foi dito anteriormente, um marco fundamental no Brasil foi a mobilização social e política que culminou, em 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual proibiu o trabalho de crianças e adolescentes até os 14 anos de idade e regulamentou a situação do adolescente trabalhador aprendiz.

Ligada à visibilização dos direitos de crianças e adolescentes, uma das grandes contribuições da relativamente recente área de estudos da sociologia da infância é, a nosso ver, resgatar a infância enquanto um grupo social relevante – considerar as crianças como sujeitos ou atores sociais. (MONTANDON, 2001; SIROTA, 2001) Este resgate se faz necessário se pretendermos, tal como recomendado por Sarmiento (2002), empreender a reconstrução das identidades

sociais e subjetividades infantis, tarefa que o sociólogo considera fundamental na contemporaneidade. Para Montandon (2001, p. 48), especialmente,

[...] considerar a infância como um grupo social com voz própria requer que vejamos as crianças não como seres em amadurecimento ou desenvolvimento progressivo, mas com uma espécie de olhar fenomenológico que se interesse pela experiência das crianças em si e pelo seu papel de atores.

Essa contextualização acerca do trabalho infantil é feita no sentido de nos lembrar de que este também é um fenômeno constituído historicamente, e que, para investigá-lo e apreendê-lo em suas muitas dimensões, precisamos nos dar conta dessa história. Isso significa que os estudos e pesquisas que têm se destinado a investigar crianças e adolescentes trabalhadores, as condições determinantes e os impactos do trabalho na vida desses jovens precisam considerar em alguma instância essa assunção teórica: a de que a própria ideia do trabalho infantil não exatamente “é” um problema, mas “tornou-se” um problema a partir de certo momento e por determinadas condições. Ao investigarmos a literatura sobre a temática, um dos aspectos que consideramos foi exatamente tentar encontrar, nos artigos e pesquisas, possíveis concepções de infância e perspectivas que coloquem em evidência precisamente a infância que esteve em foco no estudo.

## Objetivo

Assim, neste artigo, pretendemos investigar a produção científica brasileira acerca do trabalho infantil nos últimos quinze anos, focalizando, especificamente, na abordagem teórica utilizada nestes artigos, buscando compreender que noção de infância permeia as pesquisas e, a partir daí, se e de que modo eles se posicionam quanto ao trabalho de crianças e adolescentes. O recorte específico para o Brasil se justifica pelo fato de que, sendo o trabalho infantil um problema social e de saúde pública importante, as pesquisas sobre o tema “reverberam” em políticas públicas, sociais e de saúde que devem resultar, para Woodhead (1999), em intervenções locais e apropriadas aos seus contextos.

## Método

A busca dos artigos sobre o tema foi feita através de sites como o Scielo e o da Biblioteca Virtual de Psicologia, colocando as palavras-chave “trabalho”, “infância” e “criança” e “adolescente” nos títulos e/ou resumos dos artigos. Foram considerados apenas artigos que se encontrassem integralmente disponíveis na rede.

Entre os anos de 1998 e 2011, foram encontrados 34 artigos publicados em periódicos nacionais. Destes, 11 foram de periódicos de Psicologia; sete de revistas com interesse interdisciplinar; três artigos na área de Educação e sete em revistas de Saúde Coletiva e Enfermagem; finalmente, dois artigos numa revista de Economia e quatro em Ciências Sociais. O fato de os artigos estarem distribuídos em publicações com focos diferentes suscita uma reflexão que constitui o primeiro aspecto debatido na análise que se segue, e diz respeito à diversidade teórica disciplinar presente nas pesquisas sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.

## Análise

A leitura e análise dos 34 artigos produziu uma série de reflexões que reposicionam compreensões gerais acerca do trabalho infantojuvenil, tanto nos planos teórico, metodológico quanto empírico. A partir da análise do conteúdo dos artigos, cinco tópicos temáticos foram elaborados: a diversidade disciplinar e teórica do problema; diferenças de gênero; relações entre infância, trabalho e pobreza; o ponto de vista da Psicologia e, por último, o tópico-pergunta crianças e trabalhos, abordando a diversidade de situações laborais entre crianças e jovens.

### O trabalho infantojuvenil: diversidade disciplinar e teórica

A produção brasileira acerca de crianças e adolescentes trabalhadores tem se dedicado, especialmente na última década, a investigar o problema de diferentes perspectivas. O fato de os artigos estarem distribuídos em publicações com focos diferentes nos mostra o caráter complexo e multifatorial do problema do trabalho infantojuvenil, e de como ele requer, de fato, conhecimentos e pontos de vista de campos distintos para que possamos entendê-lo

com um olhar sensível que capte estes fatores que o constituem. Isso nos leva à reflexão de que grande parte dos problemas que estudamos nas Ciências Humanas se beneficiariam, em verdade, de um olhar que supere a restrição que os campos disciplinares nos impõem. E se, como dissemos inicialmente, o trabalho infantil é um problema social, de saúde pública e de desrespeito aos direitos humanos, não se pode esperar menos do que um esforço conjunto e interdisciplinar para compreendê-lo e lidar com ele.

No âmbito de trabalhos publicados em periódicos da Saúde Coletiva, não houve tanta preocupação em situar teoricamente o conceito de infância; mas a posição quanto ao trabalho infantil é claramente condenatória e de combate, principalmente, às piores formas de trabalho; este é considerado, em alguns casos, uma forma de violência contra crianças e jovens, como apontam Minayo-Gomez e Meirelles (1997), em artigo que aponta os efeitos nocivos dos diversos tipos de atividades laborais exercidos pelos menores de dezoito anos.

A preocupação com os prejuízos à saúde física e psicossocial de adolescentes trabalhadores é um dos grandes tópicos de pesquisa na área. Oliveira e Robazzi (2001) fizeram um estudo qualitativo no qual investigam fatores determinantes para o trabalho precoce de adolescentes vindos de uma instituição que media a inserção destes no mercado de trabalho numa cidade do Paraná. Fatores típicos como pobreza, desigualdade social, qualidade do ensino e constituição familiar aparecem no discurso dos jovens como predominantes. Chamam-nos atenção, no entanto, alguns pontos: primeiro, a falta de uma conceituação mínima do que é adolescência no estudo. Além disso, parece-nos pouco apropriado denominar de “trabalho precoce” a atividade de jovens entre 16 e 19 anos, que é a variação etária dos participantes – inclusive pelo fato de estes chegarem ao mundo do trabalho através de uma instituição exatamente com esse propósito.

Num estudo nutricional em que avaliam fatores de risco para baixa estatura de adolescentes trabalhadores e não trabalhadores, Martins e outros (2002) concluem, comparando, que os jovens que trabalham têm mais probabilidade de ter baixa estatura (ocasionada por deficiência nutricional) do que os que não trabalham; mas que o desemprego também é fator de risco. Apesar dos prejuízos sentidos na rotina diária de acumulação de estudo e trabalho e dos efeitos nocivos à formação “técnica e cultural”. (MARTINS et al.,

2002, p. 24) dos adolescentes estudados, os autores entendem que o trabalho é condição necessária para a sobrevivência desses jovens.

O artigo de Cruz e Ávila (2008) é uma exceção no que tange ao aporte teórico; as autoras trazem o referencial da sociologia da infância para argumentar que esta ainda não é um objeto constituído no discurso científico, e alegam a existência não de uma infância, mas de uma pluralidade de infâncias, dedicando-se a estudar a infância marcada pelo trabalho. Elas investigam a estrutura e organização do trabalho infantil na rua e concluem que a exposição a risco, constrangimentos e violências presentes no trabalho infantil na rua independe de se este é feito em equipes ou não, e que a constituição de redes de apoio e os ensinamentos familiares não conseguem contornar o ambiente desfavorável que a rua constitui para os jovens. As autoras finalizam o artigo sem vislumbrar possibilidades educativas e sociais no contexto estudado. Neste ponto, é de se perguntar se o aporte da sociologia da infância e a proposta inicial de considerar *infâncias* no plural estão de acordo com os achados da pesquisa.

O artigo de Cruz Neto e Moreira (1998), partindo do ponto de vista dos direitos humanos, fornece subsídios para a erradicação do trabalho infantil e a adequação do trabalho juvenil à legislação; e argumenta que a condição das crianças de “cidadãos em condições especiais de desenvolvimento” está sendo vilipendiada. Já Asmus e outros (2005) relatam a experiência de um programa de saúde do trabalhador adolescente, e concluem que nenhuma criança ou adolescente abaixo de 14 anos de idade deve exercer algum tipo de atividade laboral, pelos riscos que cargas físicas, psíquicas e sociais do trabalho acarretam para o “[...] desenvolvimento de suas potencialidades culturais, emocionais e biológicas”. (ASMUS, 2005, p. 958) Eles ainda lembram que, como trabalhadores, os adolescentes são forçados a agir como adultos e, no entanto, não podem escapar de sua condição de “sujeito em desenvolvimento”. (ASMUS, 2005, p. 958)

A ideia de que o trabalho “queima” etapas do desenvolvimento infantil também está presente em outros artigos, a exemplo do de Franklin e colaboradores (2001), publicado numa revista dedicada a temas relacionados à adolescência. Os autores concluem que o trabalho pode prejudicar a formação intelectual de crianças e adolescentes, já que estes deixam de “brincar, ir à escola e realizar atividades compatíveis com sua idade”. (FRANKLIN, 2001, p. 86)

Ao terem atravessadas etapas do desenvolvimento infantojuvenil, esses jovens tornam-se adultos antes do tempo. Os autores lembram, no entanto, que o trabalho de caráter educativo feito dentro do contexto familiar com vistas à socialização e aprendizado de um ofício não deve ser confundido com o trabalho precoce que impede a escolarização e prejudica a saúde dos jovens, fazendo, assim, uma espécie de distinção entre um trabalho de exploração dos jovens e um trabalho que pode ter caráter formativo.

A pesquisadora Ana Lúcia Kassouf tem se dedicado intensamente à questão do trabalho infantil do ponto de vista da Economia. Três artigos foram encontrados em nossa busca; dois publicados numa revista de Economia e outro numa revista interdisciplinar. Preocupados em avaliar os custos econômicos da eliminação do trabalho infantil, Kassouf, Dorfman e Almeida (2005), participando de um projeto de âmbito internacional, calculam custos e benefícios da eliminação do trabalho infantil, através de indicadores como o custo de fornecer ensino público de qualidade para todas as crianças que trabalham, o custo de eliminar trabalhos perigosos e prejudiciais à saúde e desenvolvimento das crianças e ainda o valor do trabalho; e comparam tais gastos com os ganhos resultantes de possuímos uma população mais educada e saudável. Apesar de alertarem para a necessidade de ajustes na metodologia do estudo, os autores concluem que os custos são tão fortemente superados pelos benefícios que mesmo com uma revisão metodológica, dificilmente os resultados da pesquisa chegariam a uma conclusão oposta. (KASSOUF; DORMAN; ALMEIDA, 2005) Noutro trabalho, Nicolella, Kassouf e Barros (2008) investigam se o trabalho infantil produz impactos na saúde das crianças da zona rural; num terceiro artigo, Kassouf (2007) se dedica a analisar o que se conhece na literatura econômica sobre o trabalho infantil e indicar direções de pesquisas futuras, sem se deter num aporte teórico específico de conceituação do fenômeno da infância. Kassouf (2007) conclui que o trabalho definitivamente envolve riscos e deve ser banido da vida das crianças, e que investimentos na qualidade das escolas devem ser integrados aos programas de transferência de renda do governo federal.

Também de um ponto de vista econômico, Marin (2008) explica como empresas ligadas às cadeias produtivas do agronegócio brasileiro passaram a reconhecer e intervir sobre os efeitos perversos do trabalho no desenvolvimento e na escolarização de crianças

trabalhadoras, principalmente através do estabelecimento de programas de responsabilidade social atrelados a suas marcas. O autor reconhece as contribuições decisivas da sociedade e do Estado, através de documentos como a Declaração Universal dos Direitos da Criança e o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, no Brasil; mas entende que o envolvimento de empresas ligadas ao setor agrícola (área que a mão-de-obra infantojuvenil foi bastante explorada, inclusive em nosso país) na luta contra o trabalho de crianças e adolescentes está ligado à pressão internacional de órgãos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ligada à União das Nações Unidas e à ameaça de boicote aos seus produtos, no contexto de globalização da economia. Em suma, o combate ao trabalho infantil deve valer à pena economicamente, para tais corporações. No que tange ao interesse das crianças e adolescentes, Marin (2008, p. 6) chama a atenção para a imaturidade física e intelectual destes, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a qual coloca o trabalho infantil como “um mal a ser eliminado”.

## Gênero

Cinco artigos chamam a atenção para o cotidiano de meninas trabalhadoras, produzindo um interessante recorte de gênero na questão do trabalho infantojuvenil. Se, no âmbito do trabalho realizado na rua, predominam os meninos, aos quais inclusive são destinados os trabalhos que demandam mais força e “esperteza” (ALBERTO et al., 2010), é no contexto doméstico que a força de trabalho feminina supera a masculina. O trabalho de Stengel e colaboradoras (2002) parte de um programa de erradicação e adequação do trabalho adolescente em ambiente doméstico no município de Belo Horizonte-MG; nele, as autoras investigam as condições de trabalho de adolescentes e o significado da atividade laboral para elas. As autoras não utilizam nenhum aporte teórico para fazer a discussão do tema; de qualquer modo, através das entrevistas com as adolescentes, elas desnaturalizam algumas ideias, quais sejam: que as adolescentes entram neste mercado de trabalho contra a própria vontade e que permaneçam distantes de suas famílias de origem. Na conclusão, o trabalho doméstico não aparece como “mau” ou “bom”, sendo marcado por significações ambivalentes. Finalmente, as autoras afirmam que “[...] os programas sociais e

públicos poderão não só erradicar a exploração e a violação de direitos, mas também desconstruir os preconceitos em relação a esta atividade laboral". (STENGEL, 2002, p. 129) Noutro estudo realizado em Minas Gerais por Moreira e Tosta (2009) com adolescentes mulheres entre dezesseis e dezenove anos, o trabalho doméstico apareceu, para elas, não como uma profissão definitiva, mas como uma possibilidade de se incluir no mundo do trabalho e conseguir, mais tarde, oportunidades melhores. Santana e Dimenstein (2005) encontraram discursos semelhantes em meninas trabalhadoras adolescentes no Rio Grande do Norte; essas autoras afirmam que essa transição para uma vida melhor seria mais digna, caso os direitos trabalhistas dessas meninas não fossem tão desrespeitados. No estudo de Moreira e Tosta (2009), a ascensão social e profissional, para as adolescentes, seria melhor proporcionada, no caso, pela escola. O problema é a forte fonte de tensão proporcionada pelo esforço em conciliar escola e trabalho – visto que, no caso dessas meninas, elas se encontravam incluídas no programa noturno de Educação de Jovens e Adultos (EJA): isso significa uma carga semanal integral de trabalho, restando apenas a noite para os estudos.

Os outros dois artigos abordando meninas têm foco na zona rural de São Paulo e na zona canavieira pernambucana; Whitaker (2002) reinterpreta dados de uma pesquisa passada à luz das Teorias da Complexidade. As descrições feitas pelas meninas incluem muitas referências a trabalhos domésticos, marcando uma desigualdade entre gêneros que se acirra com o passar do tempo. Na nova análise feita, a pesquisadora procura ambiguidades e tensões nos discursos de modo a revelar um tom de denúncia e consciência da injustiça a que as jovens estão sujeitas. Já Silva (2002), investigando o que ele chama de “assalto à infância” no mundo da cana de açúcar na zona canavieira pernambucana, afirma que a produção acadêmica sobre a infância trabalhadora brasileira nas Ciências Sociais tem enfocado uma infância generalizada, abstrata, a-histórica e acrítica, e defende que devemos pensar em crianças e não na criança. Seu estudo revela que as jovens da pesquisa desejam mais tempo para estudar e mais tempo livre de modo a construir suas infâncias com dignidade, e seus sonhos e desejos contêm crítica social, denúncia da realidade e ainda anúncio de possibilidades futuras.

O alerta teórico e empírico para que pensemos em “crianças” e não numa criança genérica é típico de aportes como o da sociologia da infância, e ainda de algumas abordagens psicossociológicas, como

é o caso da teoria das Representações Sociais. Alves-Mazotti é autora de dois artigos que refletem essa preocupação com um olhar mais refinado e sintonizado com a pluralidade de infâncias existentes. No artigo “Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil” (ALVES-MAZOTTI, 2002), a autora flagra a persistência da desigualdade social brasileira, ao passo em que nos lembra de que o fracasso escolar não é causado pelo trabalho infantil, mas que ambos os fatores são consequências justamente dos mecanismos excludentes que perpetuam a pobreza. Afirma que há outras razões, que não o trabalho, que fazem a criança abandonar a escola, e lembra também a heterogeneidade do trabalho infantil – sua natureza e, por exemplo, o que a família representa para o jovem interferem em como o jovem vê o trabalho. Em outro trabalho publicado numa coletânea de estudos em representações sociais, analisou as representações sociais do trabalho infantojuvenil de meninos trabalhadores, seus pais, empregadores e professores, e encontrou, entre outros resultados, que a representação das crianças que trabalham é, para seus professores, positiva; são crianças tidas como responsáveis e orgulhosas de si. Os professores chegam a encontrar, nesses jovens, características mais positivas do que naqueles que apenas estudam; em contrapartida, estes mesmos professores, ao serem perguntados sobre o trabalho infantil em si, colocam como elementos centrais da representação termos como necessidade, exploração e humilhação. (ALVES-MAZOTTI, 2000, p. 301)

Os achados de Alves-Mazotti produzem uma reflexão interessante para a compreensão da atividade laboral de crianças e adolescentes. Primeiramente, pensar que, para os professores, o trabalho infantil é condenável, mas as crianças que trabalham são tão responsáveis quanto as que apenas estudam é um achado que nos faz repensar a associação comum feita entre trabalho e fracasso escolar, lembrando-nos de que a existência de uma “correlação” não implica numa relação de causa e efeito entre os fenômenos. Carvalho (2008), que também tem se dedicado ao estudo do trabalho infantil e investigou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na Bahia, reforça essa discussão ao afirmar que o trabalho infantil é de difícil erradicação, porque suas raízes encontram-se justamente na desigualdade social, na concentração da propriedade de terra e renda sofrida por grande parcela da população brasileira. Deste modo, não basta condenar

a prática do trabalho infantojuvenil e manter as crianças na escola e longe de atividades laborais a qualquer custo; é necessário compreender em que conjuntura socioeconômica e histórica se funda o fenômeno, e essa compreensão precisa sustentar a lógica e a execução das políticas públicas e sociais que pensam e protegem as crianças e adolescentes no Brasil. Com relação à ideia de que o trabalho leva ao fracasso escolar, French (2010) afirma que, em algumas situações, a relação pode se dar justamente na direção oposta, e que a compreensão desta dinâmica se beneficiaria de estudos longitudinais abordando esses caminhos de modo distinto. De qualquer forma, no Brasil e na Bahia, em particular, a correlação entre atraso escolar e trabalho é bastante alta, especialmente na zona rural (CARVALHO; FERNANDES, 2010) – estando, ainda, ambas as variáveis ligadas à pobreza.

Ao estudar antigos colonos – hoje assentados – da zona cafeeira do Estado do Rio de Janeiro, Linhares (2008) investigou significados de infância e escola entre este grupo social, à luz das mudanças culturais, sociais e econômicas que a nova condição de “assentados” produziu. A autora percebe um prolongamento da faixa mínima do que se considerava uma criança – relacionando tal etapa a uma condição de não responsabilidade e dependência afetiva, social e econômica em relação à família. A noção de adolescência vem sendo, aos poucos, incorporada pelo grupo de colonos entrevistados; nesse sentido, uma passagem que permanece marcante para a vida adulta continua sendo o casamento e a responsabilidade assumida em relação ao grupo doméstico. (LINHARES, 2008) Apesar de caracterizar a infância da geração anterior como “escravizada” pela necessidade do trabalho precoce, Linhares (2008) conclui que as condições atuais do grupo social estudado apenas tornam mais visíveis as diferenças entre crianças que trabalham e aquelas que apenas vão à escola.

## Infância, trabalho e pobreza

Outro ponto que emerge quando se debruça sobre a produção teórica e empírica sobre o trabalho infantil é o claro direcionamento das pesquisas a uma infância específica: a infância pobre. “As crianças pobres sempre trabalharam”, lembra Rizzini (1999, p. 376). São a infância e a juventude pobres que têm, historicamen-

te, servido de mão de obra barata e silenciosa à produção de bens e serviços da economia nacional. Esse recorte socioeconômico é também revelado num espectro bem mais amplo; em artigo bastante citado na literatura internacional, Basu e Van (1998) propõem o que eles chamam de “axioma da luxúria”, o qual foi explorado, na década seguinte, por vários outros pesquisadores, em especial da área econômica: o axioma postula que uma família colocará suas crianças no mercado de trabalho apenas quando sua renda (proveniente de fontes que não sejam do trabalho infantil) diminuir consideravelmente. Para López-Calva (2001), uma das maiores lições no estudo da atividade laboral de crianças é que esta é consequência da pobreza. Especialmente nos países considerados em desenvolvimento, as pesquisas relacionam os dois fenômenos. Na África, continente que abriga o maior contingente de crianças ocupadas em mercados de trabalho locais – e também o mais pobre dos continentes, autores têm buscado compreender outros fatores além da pobreza, tais como educação, cultura e urbanização (AMIN, QUAYES; RIVES, 2004); além de sugerir políticas públicas que observem tanto discrepâncias entre oportunidade de instrução e de inserção do mercado de trabalho, bem como o fenômeno da discriminação de gênero nos empregos. (BUCHMANN, 2000) O olhar da literatura sobre as crianças que trabalham é predominantemente voltado para meninos e meninas pobres; isso indica que possíveis formas de atividade laboral de crianças e adolescentes pertencentes a um *status* socioeconômico privilegiado são, quando não ignoradas, socialmente legitimadas pelas pessoas envolvidas na situação em questão.

Alguns autores, na literatura estrangeira, apontam para outros trabalhos de pouca visibilidade (e, conseqüentemente, pouca intervenção) são o de filhos cuidadores de pais com problemas graves ou crônicos de saúde e o de crianças que servem como tradutoras para seus pais – casos frequentes em países com histórico de migração. Em ambos os casos, relatados em artigos de origem inglesa (e que, por isso, não entraram diretamente na revisão que propusemos neste artigo), os autores sugerem o desenvolvimento de conceitualizações de infância capazes de englobar também essas representações que não se encaixam no que eles chamam de infância típica. (ALDRIDGE, 2008; CRAFTER et al., 2009)

## O ponto de vista da Psicologia

Artigos publicados em periódicos de Psicologia caracterizaram-se, em geral, por uma preocupação em estabelecer um ponto de partida teórico com o qual o problema do trabalho infantil pode dialogar; alguns deles dedicam-se a abordar a questão de modo a resgatar a subjetividade das pessoas envolvidas na situação – o que, para nós, é uma forma importante de ressignificar a noção de infância e de criança que trabalha.

Quatro artigos provenientes de pesquisas conduzidas no Rio Grande do Norte trazem, de diferentes formas, uma perspectiva de crítica e denúncia, principalmente às piores formas de trabalho infantil. Um artigo de caráter teórico de Campos e Alverga (2001) afirma que as ações de combate ao trabalho infantil encontram-se comprometidas por aspectos subjetivos afirmativos do trabalho, pela ideologia do trabalho como educador e dignificante. Nesse sentido, os dois trabalhos de Feitosa e Dimenstein (2004a, 2004b) analisam o discurso de mães e professores de crianças trabalhadoras do cultivo de hortas em um bairro rural de Natal – RN. Para elas, mães e professoras, representantes das esferas disciplinadoras que são a família e a escola, legitimam o trabalho a partir de suas próprias histórias infantis de trabalho e também com a crença de que este é melhor que o ato de deixar as crianças nas ruas em seu tempo livre. Com o auxílio de teóricos como Michel Foucault, as autoras colocam que o trabalho é uma espécie de ideologia que fundamenta a existência em sociedade e a inserção dos indivíduos, mesmo as crianças, no modo de produção capitalista.

Campos e Francischini (2003) estudaram o trabalho infantil precoce num município no interior do Rio Grande do Norte, de três pontos de vista básicos: do desenvolvimento das crianças; dos efeitos deste trabalho no interior das famílias e implicações sobre a dinâmica de vida dos adolescentes trabalhadores. A psicologia histórico-cultural do desenvolvimento, que tem, talvez, L. S. Vigotski como seu principal representante, foi a teoria escolhida pelos autores para realizar a pesquisa. Eles relataram que o trabalho realizado por crianças em tecelagens (comerciais e domésticas) submete os jovens a uma carga de trabalho estafante e de grande responsabilidade até mesmo para um adulto, e compromete, muitas vezes, a organização psicológica destes, além de provocar debilitação física, estado de fadiga e falta de tempo e disposição para

outras atividades. (CAMPOS; FRANCISCHINI, 2003) Os autores, no entanto, não deixam de distinguir o trabalho precoce como uma atividade produtiva geradora de valor e de exploração, ao contrário, por exemplo, de atividades domésticas.

Única revisão de literatura propriamente dita que encontramos, o artigo de Ferreira (2001), já citado anteriormente, discute a institucionalização das ações contra o trabalho infantil na produção acadêmica dos anos 1990, resgatando historicamente resoluções de leis e direitos acerca do tema. O autor defende a necessidade de estudos qualitativos e com recortes mais específicos, que possam apreender o conjunto de razões de natureza local que cancelam a decisão de pais e mães em inserir suas crianças no trabalho. Ele nos lembra de que as discussões levantadas no intuito de eliminar o trabalho infantil foram pautadas justamente pelos novos conceitos de infância e adolescência, e que a ênfase recai justamente sobre as especificidades que configuram a infância como um período ímpar do ciclo vital.

Utilizando as Representações Sociais como abordagem teórica, Oliveira e colaboradores (2001, 2005, 2010) avaliam a relação entre trabalho e escola para estudantes trabalhadores e não trabalhadores de duas cidades do estado de São Paulo e na própria capital. Os resultados indicam, de modo geral, que o trabalho é ora legitimado, ora justificado pelos jovens, aparecendo positivamente avaliado; já a relação entre trabalho e escola é avaliada pelos adolescentes de forma negativa e que, neste sentido, os jovens buscam no discurso moral que legitima o trabalho uma forma de assimilar a contradição entre esses dois contextos. Quando perguntados sobre o adolescente que trabalha, tanto os jovens trabalhadores quanto os não trabalhadores têm uma avaliação, em geral, positiva deste. Certamente, este tipo de avaliação não significa que o trabalho seja em si justificável; mas é possível refletir sobre o que poderiam ser consideradas nuances nas diferentes formas de as pessoas se relacionarem com o fenômeno.

Um artigo de Martinez (2001) traz uma perspectiva que procura integrar fatores subjetivos ao fenômeno do trabalho infantil. A autora parte do referencial da teoria histórico-cultural e da teoria da subjetividade de Fernando González Rey para estudar formas de subjetivação do trabalho em crianças trabalhadoras na zona urbana de Brasília. Do ponto de vista da autora, na medida em que nos dedicamos a um exame mais aprofundado e qualitativo de

cada sujeito que trabalha, poderemos dar vazão à complexidade e diversidade do fenômeno do trabalho infantil; isto pode contrariar eventuais estudos que concluem, a partir da quantificação dos dados, respostas mais genéricas que falam sobre a média da população e excluem sutilezas e até mesmo exceções nos diferentes modos de subjetivar o trabalho.

Ao analisar artigos que abordam uma interseção entre infância/juventude e trabalho, é possível familiarizarmo-nos com aspectos da teoria que informam as pesquisas sobre o assunto e que perspectivas têm sido exploradas ao estudá-lo. Por isso, levantamos pontos de reflexão: a que infância nos referimos quando abordamos o trabalho infantil? E ainda; quando um estudioso defende “infâncias” ao invés de “infância”, será que ele realiza sua pesquisa levando isso em conta, de fato?

### Infâncias e trabalhos?

Para tentar responder a essas perguntas, alguns pontos podem ser levantados: no geral, os artigos produzidos na área da Sociologia e da Psicologia foram os que mais se preocuparam em explicitar a fundamentação teórica orientadora de suas pesquisas. Também nas áreas citadas estão a maioria dos trabalhos empíricos de orientação qualitativa e interrogadora do ponto de vista das crianças, adolescentes trabalhadores, seus pais, professores etc., embora as vozes desses sujeitos apareçam em trabalhos de outras áreas também. Certamente trabalhos de orientação quantitativa e utilizando dados de outros tipos são fundamentais – até porque, como já dissemos, o trabalho infantil tem caráter multidisciplinar e necessita de aportes teórico-metodológicos distintos para sua compreensão. Entretanto, acreditamos que um estudo que privilegie as vozes dos indivíduos diretamente envolvidos no fenômeno está dando vazão justamente a novas imagens, situações e sentidos constituintes da infância – ou melhor, das infâncias tanto proclamadas por alguns pesquisadores.

Neste sentido, alguns artigos nos chamam a atenção: os trabalhos de Franklin e outros (2001), Alves-Mazotti (2002) e Campos e Francischini (2003), nos lembram de que há tipos, modalidades de trabalho infantojuvenil – situações de trabalho penoso e exploração da mão-de-obra infantil; o trabalho educativo e/ou socializador no ambiente familiar ou mesmo profissional, as atividades laborais de natureza frequente e obrigatória ou esporádica e voluntária.

A delimitação do conceito de trabalho é um ponto que aparece com menor frequência do que esperávamos. De modo geral, os artigos se satisfazem com uma descrição genérica da situação laboral em questão: crianças na lavoura da cana, trabalhadoras domésticas ou comércio em ruas e sinaleiras. Essa delimitação é importante porque, conforme dito por Bourdillion (2006), devemos ser capazes de compreender o que, especificamente, há de prejudicial no trabalho de uma criança, antes de condenar toda e qualquer situação laboral. Isso significa que é necessário distinguir e caracterizar os diferentes tipos de atividade em que crianças ou jovens se envolvem. Alves-Mazotti (2002) nos lembra, oportunamente, de que parece complicado julgar as diferentes situações de trabalho de forma homogênea. Identificamos, em parte dos artigos encontrados, conceituações pouco precisas acerca de trabalho e de infância.

Um exemplo de estudo em que uma discussão sobre o conceito de trabalho infantil existe de forma aprofundada é o artigo de Jerusa Gomes, publicado em 1998. A autora não só resgata algumas definições, como se posiciona quanto a elas: primeiro, ela avalia que é necessário diferenciar as situações em que o trabalho é instrumento de socialização para as crianças, e quando este se configura em exploração da mão-de-obra infantil – caso em que se baseia todo o artigo. Ela é contra uma definição ampla que inclua atividades não remuneradas e realizadas no âmbito doméstico, pois corremos o risco de esvaziar o conceito, se o fazemos tão genérico. Além disso, é ainda contra uma definição que obedeça a critérios estabelecidos pela própria pessoa que trabalha; para a autora, tal definição deve ser algo “externo ao sujeito”. (GOMES, 1998, p. 51) Aqui, ressaltamos que o nosso objeto de pesquisa caminha na direção oposta à proposição de Gomes, pois é justamente na tentativa de englobar as atividades não incluídas pela autora, e ainda entendendo que a opinião dos entrevistados é a informação fundamental na pesquisa, que esperamos nos aproximar de uma compreensão mais complexa do trabalho para crianças.

Um bom exemplo de um estudo que nos traga diferentes imagens da infância e um dos únicos a dar voz exclusivamente às crianças que trabalham é o de Martinez (2001); o estudo exploratório da autora elabora, a partir dos estudos de caso, quatro diferentes formas de subjetivação do trabalho pelas crianças: num extremo, temos jovens que afirmam gostar do trabalho e se sentirem gratifi-

cados e socialmente reconhecidos pelo que fazem; noutro pólo, há crianças que não compreendem bem por que precisam trabalhar e sentem-se insatisfeitas e incomodadas por não terem mais tempo para brincar e estudar. Há, ainda, dois outros grupos em que essas experiências se misturam, constituindo sentimentos ambivalentes em relação à situação de trabalho. Nesse sentido, Rizzini (1999) afirma que é necessário dar voz às crianças e adolescentes envolvidos no problema para ajustar, inclusive, a natureza das políticas públicas elaboradas para resolvê-lo; e coloca esse tipo de iniciativa como bastante recente no Brasil. A autora é da opinião de que mesmo a polêmica gerada em torno da erradicação ou não do trabalho infantil tem raízes na falta de comunicação entre os planejadores das políticas e as crianças e suas famílias. (RIZZINI, 1999, p. 397)

Já o artigo de Cruz e Ávila (2008), que propõe a sociologia da infância como fundamentação teórica para compreensão do problema do trabalho infantil na rua e afirma a pluralidade de infâncias, avalia a rua como um ambiente desfavorável e nocivo ao desenvolvimento e é cético quanto a possibilidades educativas em tal contexto. Não se trata, aqui, de defender necessariamente a rua como contexto primordial de desenvolvimento, mas acreditamos que o ponto de vista da sociologia da infância pode precisamente nos auxiliar a encontrar e perceber algum valor em outros “possíveis” contextos desenvolvimentais. O que percebemos como incoerente é quando, no nível do aporte teórico, relativizamos a infância, e no nível da pesquisa empírica e dos problemas sociais, voltamos a uma ideia mais tradicional do que vem a ser a criança – retratamos e defendemos UMA infância, e não muitas.

Ligada a esse descompasso que aparece em alguns artigos já citados, há também o que encaramos como um problema de ordem metodológica, ilustrado pelo artigo de Lachtim e Soares (2009). As autoras realizaram entrevistas com dezenove jovens trabalhadores de uma escola pública da região metropolitana paulista; a pesquisa procurou identificar fatores tanto de fortalecimento quanto de desgaste no trabalho de tais jovens. Seus resultados revelam que os jovens produzem mais sentidos negativos, associados ao desgaste que o trabalho provoca neles, do que sentidos positivos; no entanto, no início do trabalho, a pesquisadoras já se referem à “suposta”, em suas palavras (LACHTIM; SOARES, 2009, p. 180) proteção que o trabalho pode proporcionar. Na discussão dos resultados, elas se referem aos sentidos positivos produzidos pelos jovens como “idéias

[sic] ilusórias” e “considerações do senso comum”. (LACHTIM; SOARES, 2009, p. 183-184)

Alguns pontos de reflexão surgem após vermos tais resultados: o metodológico, como adiantamos no parágrafo anterior, pois há a possibilidade de, por uma crença anterior nos aspectos nocivos do trabalho infantojuvenil, interpretar informações contrárias a essa crença dadas pelos próprios participantes como menos legítimas do que as que “corroboram” nosso ponto de vista. O outro ponto de reflexão se refere ao fato, já colocado por Bourdillion (2006), de que muitos pesquisadores podem estar enxergando seu problema de pesquisa como uma categoria moral e não um fenômeno que demanda esforço cauteloso de análise. O trabalho infantojuvenil é um caso ilustrativo isto que encaramos como uma “armadilha” acadêmica; outros temas polêmicos, como a exploração sexual de crianças e adolescentes, correm riscos semelhantes quando pesquisados.

## Considerações finais

A partir dos artigos pesquisados e das reflexões que eles geraram, sintetizamos os principais pontos que a revisão da literatura sobre crianças e adolescentes trabalhadores levantou:

- o problema do trabalho infantil sendo melhor compreendido de um ponto de vista interdisciplinar;
- uma necessidade de conceitualização mais precisa sobre os conceitos estudados em diversas pesquisas (definições básicas de infância, adolescência e trabalho);
- um recorte tanto sobre gênero quanto sobre nível socioeconômico, sendo as meninas objeto mais frequente de estudo do que os meninos e, em todos os casos de estudos empíricos, estando o foco em crianças e jovens trabalhadores pobres;
- por fim, a percepção da importância em dar voz às pessoas diretamente envolvidas no problema (crianças, jovens e suas famílias), deslocando a pesquisa exclusivamente preocupada com o ponto de vista das instâncias de controle e fiscalização, e de atores sociais como educadores e agentes de saúde.

A literatura sobre a infância e a juventude trabalhadoras aponta, assim, para a necessidade de um olhar crítico acerca desta faixa etária. Um exemplo desse tipo de olhar é o trabalho de Castro

(1998), que nos lembra de que a infância é naturalizada através das práticas que a circunscrevem na modernidade; daí, entendermos, sem grande questionamento, que ser criança é brincar, ir à escola, morar com a sua família, estar livre de responsabilidades etc. (CASTRO, 1998) É a partir deste entendimento que a autora dá um passo adiante nessa reflexão, ao empoderar as crianças e adolescentes no seguinte sentido: ela afirma ser necessário estudar os modos de subjetivação na infância, ou seja, estudar, do ponto de vista das crianças, o significado que elas próprias dão a suas experiências; primeiro, pela possibilidade de desconstruir a infância, tal como a percebemos; segundo, pela crença de que, enquanto atores sociais, os jovens e crianças são também responsáveis por operar transformações na dinâmica cultural e política de nossa sociedade, ressignificando essas mudanças a partir de suas próprias subjetividades. (CASTRO, 2001)

### Working children and adolescents: a literature review

**Abstract:** Child work is considered today a serious social and public health issue in several countries including Brazil. The problem's complexity demands from us researchers that we exercise a sensitive but rigorous view on working youngsters. This study is a brief, mainly qualitative analysis of the literature produced in Brazil on the subject, in the last fifteen years. Through databases like Scielo and Biblioteca Virtual de Psicologia, thirty four articles on the subject were found. The analysis of the material was divided into five categories: child labor's theoretical and disciplinary diversity; gender; work, childhood and poverty; Psychology's point of view and childhood(s) and work(s). To sum up, our analysis points at some research directions, which are: the need of a multidisciplinary look on the subject; the need to define more precisely the basic concepts involving the studies (basic notions of childhood and work), as well as special attention to the social actors directly involved in the situation, that is, the working children, teenagers and their families.

**Keywords:** Children labor. Teenagers. Review of literature.

### Referências

ALBERTO, M. de F. P. et al. O trabalho infantil na rua. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 13, n. 1, p. 59-71, 2010.

ALDRIDGE, J. All work and no play? Understanding the needs of children with caring responsibilities. *Children & Society*, v. 22, n. 4, p. 253-264, July, 2008.

ALVES-MAZOTTI, A. J. Trabalho infanto-juvenil: representações de meninos trabalhadores, seus pais, professores e empregadores. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. de (Org.) *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.

ALVES-MAZOTTI, A. J. Repensando algumas questões sobre o trabalho infanto-juvenil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 87-98, jan./abr. 2002.

AMIN, S.; QUAYES, M.; RIVES, J. M. Poverty and other determinants of child labor in Bangladesh. *Southern Economic Journal*, v. 70, n. 4, p. 876-892, 2004.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASMUS, C. I. R. F. et al. Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 4, p. 953-960, 2005.

BASU, K.; VAN, P. H. The economics of child labor. *American Economic Review*, v. 4, n. 88, p. 413-427, 1998.

BOURDILLION, M. Children and work: A review of current literature and debates. *Development and Change*, v. 37, n. 6, p.1201-1226, 2006.

BUCHMANN, C. Family structure, parental perceptions, and child labor in Kenya: what factors determine who is enrolled in school? *Social Forces*, v. 78, n. 4, p. 1349-1378, 2000.

CAMPOS, H. R.; ALVERGA, A. R. de. Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 227-233, 2001.

CAMPOS, H. R.; FRANCISCHINI, R. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. *Psicologia em Estudo*, v. 8, n. 1, p.119-129, 2003.

CARVALHO, I. M. M. de. O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 551-569, 2008.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, C. M. *O trabalho infantil no estado da Bahia: relatório preliminar apresentado à Organização Internacional do Trabalho – OIT*. Salvador: Centro de Recursos Humanos; Universidade Federal da Bahia, 2010.

CASTRO, L. R. de. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Crianças e jovens na construção da cultura*. Rio de Janeiro: Nau; FAPERJ, 2001.

CASTRO, L. R. de. Por uma teoria da infância na contemporaneidade. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Infância e adolescência na cultura do consumo*. Rio de Janeiro: Nau, 1998.

CHAVES, A. M. *Crianças abandonadas ou desprotegidas?* 1998. 453 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CRAFTER, S. et al. Young people's representations of 'atypical' work in english society. *Children & Society*, v. 23, n. 3, p. 176-188, 2009.

CRUZ, M. N. A.; ÁVILA, A. Á. Estrutura e organização do trabalho infantil em situação de rua em Belo Horizonte, MG, Brasil. *Saúde Social*, v. 17, n. 1, p. 131-142, 2008.

CRUZ NETO, O. C.; MOREIRA, M. R. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 14, n. 2, p. 437-441, 1998.

DOURADO, A.; DABAT, C.; ARAÚJO, T. C. de. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

FEITOSA, I.; DIMENSTEIN, M. Escola, família e trabalho infantil: subjetividade e práticas disciplinares. *Interação em Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 287-296, 2004a.

\_\_\_\_\_. Trabalho infantil e ideologia nas falas de mães de crianças trabalhadoras. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 4, n. 2, p. 59-75, 2004b.

FERREIRA, M. A. F. Trabalho infantil e produção acadêmica nos anos 90: tópicos para reflexão. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 213-225, jul./dez. 2001.

FRANKLIN, R. N. et al. Trabalho precoce e riscos à saúde. *Adolescência latinoamericana*, v. 2, n. 2, p. 80-89, mar. 2001.

FRENCH, L. Children's labor market involvement, household work, and welfare: a Brazilian case study. *Journal of Business Ethics*, v. 92, n. 1, p.63-78, mar. 2010.

GOMES, J. V. Vida familiar e trabalho de crianças e de jovens pobres. *Paidéia*, v. 8, n. 15, p. 45-61, fev./ago. 1998.

HEYWOOD, C. *Uma história da infância*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, v. 17, n. 2, p. 323-350, maio/ago. 2007.

KASSOUF, A. L.; DORMAN, P.; ALMEIDA, A. N. de. Costs and benefits of eliminating child labour in Brazil. *Economia Aplicada*, v. 9, n. 3, p. 343-368, 2005.

LACHTIM, S. A. F.; SOARES, C. B. Trabalho de jovens estudantes de uma escola pública: fortalecimento ou desgaste? *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 62, n. 2, p. 179-186, 2009.

LINHARES, E. F. Escravos na roça, anjos na escola. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2008.

LÓPEZ-CALVA, L. F. Child labor: myths, theories and facts. *Journal of International Affairs*, v. 55, p. 1, p. 59-73, 2001.

MARCÍLIO, M. L. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, M. C. de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MARIN, J. O. B. O agronegócio e o problema do trabalho infantil. *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 35, p. 189-206, 2008.

MARTINEZ, A. M. Trabalho infantil y subjetividade: uma perspectiva necesaria. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 235-244, 2001.

MARTINS, I. S. et al. Crescimento e trabalho de estudantes de Ensino Fundamental e Médio em São Paulo, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 36, n. 1, p. 19-25, 2002.

MINAYO-GOMEZ, C.; MEIRELLES, Z. V. Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, n. 13, supl. 2, p. 135-140, 1997.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 33-60, mar. 2001.

MOREIRA, M. I. C.; TOSTA, S. de F. P. Representações sociais de adolescentes sobre trabalho doméstico e escola. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 3, n. 2, p. 175-186, mar. 2009.

NICOLELLA, A. C.; KASSOUF, A. L.; BARROS, A. L. M. de. O impacto do trabalho infantil no setor agrícola sobre a saúde. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 46, n. 3, p. 673-701, jul./set. 2008.

OLIVEIRA, B. R. G.; ROBAZZI, M. L. do C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 9, n. 3, p. 83-89, maio 2001.

OLIVEIRA, D. C. de et al. Futuro e liberdade: o trabalho e a instituição escolar nas representações sociais de adolescentes. *Estudos de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 245-258, 2001.

OLIVEIRA, D. C. de et al. A positividade e a negatividade do trabalho das representações sociais de adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 18, n. 1, p. 125-133, 2005.

\_\_\_\_\_. Representações sociais de trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 3, p. 763-773, 2010.

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTANA, M; DIMENSTEIN, M. Trabalho doméstico de adolescentes e reprodução das desiguais relações de gênero. *Psico-USF*, v. 10, n. 1, p. 93-102, 2005.

SARMENTO, M. J. Infância, exclusão social e educação como utopia realizável. *Educação & Sociedade*, ano 23, n. 78, p. 265-283, abr. 2002.

SILVA, M. R. da. Recortando e colando imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-

meninas da zona da mata canavieira pernambucana. *Cadernos CEDES*, v. 22, n. 56, p. 23-52, 2002.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

STENGEL, M. et al. Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico em Belo Horizonte: histórias de vida de meninas. *Psicologia em Revista*, v. 8, n. 11, p. 125-129, 2002.

WHITAKER, D. P. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. *Cadernos CEDES*, ano 22, n. 56, p. 7-22, abr. 2002.

WOODHEAD, M. Combatting child labour: listen to what children say. *Childhood: A Global Journal of Child Research*, v. 6, n. 1, p. 27-49, feb.1999.

---

Recebido: 28/06/2012 | Aprovado: 30/08/2012

**Lia da Rocha Lordelo:** em 2008, foi professora do curso de Psicologia da Faculdade Social e em 2010, professora substituta na UFBA. Atualmente, é bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES, desenvolvendo atividades no Instituto de Psicologia da UFBA, lialordelo@gmail.com

**Antonio Marcos Chaves:** professor Associado II da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, amchaves@ufba.br